



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2019

ATA Nº. 09/2019

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - PROPOSTA Nº. 253/19 - DPOC - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS DE 2018**
- 3 - PROPOSTA Nº. 254/19 - DPOC - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO REFERENTE A 2018**
- 4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2019-----

-----ATA NÚMERO NOVE/DOIS MIL E DEZANOVE-----

----- Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

----- Faltaram o Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e a Senhora Vereadora Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, tendo a Câmara considerado justificadas as respetivas faltas.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dezasseis horas e cinquenta minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia. -----

2 - PROPOSTA N.º 253/19 - DPOC - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018: -----

----- I - Sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas de dois mil e dezoito, a **doutora Carla Silva** fez uma apresentação em “Power Point”, a qual fica anexa à respetiva ata e sobre a qual foram tecidos alguns comentários. -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** começou por agradecer a forma como se fez

a apresentação, solicitando a disponibilização do trabalho para uma melhor leitura e compreensão. -----

-----Referiu que o Revisor Oficial de Contas elaborou o documento em oito de abril de dois mil e dezanove, altura em que já tinha um conjunto de dados que lhe permitiu fazer uma análise diferente relativamente à sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra sobre a Oeiras Expo e o pagamento da indemnização de nove milhões, conforme ficou acordado. -- -----

-----Teve a oportunidade de ler o acordo, que dizia claramente que a Câmara tinha trinta dias, depois da sentença, para pagar a primeira tranche que correspondia a cinco milhões e meio de euros. --- -----

-----Tinha uma cláusula segunda que dizia que seriam pagos até dia dez de janeiro do ano seguinte e numa outra cláusula que se não fosse pago durante o ano de dois mil e dezoito passaria para o ano de dois mil e dezanove e seriam pagas as duas na mesma altura, era isso que estava no acordo. -----

-----Tendo em conta o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o mesmo refere, no pressuposto que ainda vai ser pago, que nesta data desconhecia o valor real das referidas concessões e qual o seu destino, porque não tinha tido a possibilidade de acessibilidade em relação àquilo que tinham sido os levantamentos feitos por entidades para se calcular o valor e foi com base nisso que o Senhor Presidente fez a negociação, ou seja, em relação ao que estava feito, o valor do capital gasto e o que era cedido para a Câmara, porque não se ia pagar o que não estava feito e, por isso, o Revisor Oficial de Contas desconhecia qual era o valor real das referidas construções. -----

-----Dirigindo-se à doutora Carla Silva disse que isto não era uma crítica, porque quem fez o relatório foi o ROC, mas havia questões sobre as quais se interrogava pela forma como estava escrito.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A **doutora Carla Silva** referiu que o Senhor Vereador Joaquim Raposo mencionou a questão do português e a forma como as revisoras escrevem a Certificação Legal de Contas, mas ia desconstruí-la. -----

----- O ano passado existia uma previsão do acordo e durante o ano económico de dois mil e dezoito é constituída a provisão, porque se sabia que, eventualmente, no final do ano se iria utilizar para fazer o pagamento e recordou que o acordo transita em julgado no dia catorze de janeiro de dois mil e dezanove e aqui ia ligar o acontecimento ao texto das auditoras. -----

----- As auditoras enquanto revisoras de contas estão obrigadas a emitir os pareceres como se estivessem a viver o dia de trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, ou seja, ao analisarem os balancetes elas pronunciam-se em oito de abril, mas pronunciam-se como se estivessem posicionadas no tempo a trinta e um de dezembro. -----

----- Na atualidade as revisoras já sabem que se passou o ano, que se fez o acordo, que se pagou o acordo, que se anulou a provisão, contudo, elas têm por força das normas da primeira ordem de revisores oficiais de contas e agora da CMVM de emitir o seu parecer como se estivessem posicionadas a ver o balancete do Município às zero horas do dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito prontas para entrar em um de janeiro de dois mil e dezanove.-----

----- Neste momento o que aconteceu foi isso, a situação fotografada como existia era esta, existia uma provisão e existia um acordo que ainda não tinha transitado em julgado. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse que tinham que fazer referência ao ano de dois mil e dezoito e que ia tocar na questão da sentença de homologação datada de dezanove de dezembro e, nessa altura, apesar do acordo não estar pago, não estar homologado, não ter transitado em julgado, porque a sentença já existia desde dezanove de dezembro, mas as auditoras não tiveram possibilidade de ter acesso à auditoria em relação ao valor do executado e essa aí já existia, explicando a **doutora Carla Silva** que de facto tiveram acesso, mas o Senhor Vereador estava-se a esquecer do princípio da prudência que dizia que ao

ter um risco contingente que se vai concretizar no futuro a curto ou a médio prazo, devia-se provisionar e foi isso que se fez.-----

-----A realidade é que em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito o valor que estava homologado, estava provisionado e estava assegurado nas demonstrações financeiras.-----

-----De seguida, usou da palavra a **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** que começou por dar os parabéns pela forma claríssima como foi feita a apresentação e pelo trabalho realizado da elaboração do documento apresentado, quer em relação à forma, quer em relação à clareza da informação que é prestada. -----

-----Tinha algumas questões a levantar em relação à Certificação Legal de Contas, mas já foram respondidas na intervenção inicial. -----

-----À medida que foi lendo o documento levantaram-se-lhe algumas questões sobre as quais gostava de ter informação, tais como o rácio de trabalhadores com funções operacionais por técnico superior. Verificou serem de três, gostava de ter uma lógica comparativa com outros casos no País, porque lhe parece manifestamente pouco, pelo que gostaria de compreender esta realidade. -- -----

-----Outra questão tem que ver com a taxa de absentismo que lhe parecia bastante elevada, onze vírgula oito por cento em dois mil e dezasseis, onze vírgula três por cento em dois mil e dezassete e ainda cresce em dois mil e dezoito para doze vírgula três, gostaria que lhe fosse dada alguma explicação sobre este assunto. -----

-----Outra questão está relacionada com os contratos de emprego e inserção que em dois mil e dezoito ainda constam setenta contratos, gostaria de saber se existem em dois mil e dezanove e se sim quantos. -----

-----Em relação ao saldo de caixa em dois mil e dezassete, que foi de oitenta e sete milhões, passa para cento e catorze milhões em dois mil e dezoito, aumentou significativamente, pretendia perceber o porquê do crescimento tão substancial deste valor, tendo em conta um



Câmara Municipal
de Oeiras

conjunto de realizações necessárias e houve tantas críticas em saldos de gerência tão elevados anteriormente, pelo que gostaria de ter mais alguma informação sobre esta realidade.-----

----- Diz-se ainda que se iniciaram os procedimentos de contratação pública dos planos municipais de mobilidade urbana sustentável e dos planos de acessibilidades, gostaria de saber qual era a situação atual, relativamente a estes dois planos. -----

----- Aquando da apresentação do documento surgiu-lhe uma dúvida relativa à execução substancialmente inferior em relação àquilo que estava orçamentado, em termos do ensino não superior e da ação social, explicando a **doutora Carla Silva** que era justamente o contrário, a execução ao nível da educação foi muitíssimo boa, porque se tinha um total de ensino não superior e de atividades da educação de nove milhões e novecentos mil euros pagos. -----

----- Nas funções ensino não superior e serviços auxiliares do ensino, têm sete milhões oitocentos e sessenta mil euros pagos com mais dois milhões e oitenta e quatro mil euros. -----

----- Relativamente ao saldo de caixa e quanto às questões de recursos humanos, faria a análise com a área operacional, no sentido de conseguir mais informação e também irá ver a questão dos planos de mobilidade e acessibilidade com o Serviço respetivo, contudo, do ponto de vista operacional, disse não estar munida da informação suficiente para esclarecer a Senhora Vereadora. -----

----- Quanto ao saldo de caixa os municípios têm duas componentes, uma orçamental e outra de operações de tesouraria, sendo que as operações de tesouraria são a arrecadação de receita em nome de outra entidade e que se destinam a outra entidade, têm um caráter transitório e são altamente voláteis, dependem de cauções, de garantias, contudo, o saldo de execução orçamental herdado para a gerência adicionado das receitas do exercício, acrescentando que este saldo que transitou, transitou de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito, se se adicionar as receitas correntes com as de capital e outras receitas, o que ali estava em Outras eram as reposições não abatidas aos pagamentos, são aquelas receitas que o próprio legislador não

conseguiu encontrar um sítio par a colocar.-----

-----Uma reposição não abatida ao pagamento acontece quando o exercício económico findou e já não se tinha possibilidade de ir corrigir o movimento contabilístico, porque ele diz respeito ao ano anterior e isto acontece, por exemplo, numa taxa que foi liquidada e que se descobre que foram liquidados cinquenta euros a mais do que se devia. -----

-----Todos os temas operacionais do Município podem contribuir, eventualmente, para uma reposição não abatida ao pagamento desde que se verifique que há uma correção a fazer e elas entram nas “Outras Receitas”. -----

-----Ao saldo de execução orçamental se adicionar as receitas correntes, as de capital e as reposições não abatidas aos pagamentos, as tais “Outras Receitas”, podia-se depois deduzir as despesas correntes e as de capital e obter o novo saldo de execução orçamental e a verdade é que o ritmo de arrecadação de receita de Oeiras é tão bom que permite uma execução das GOP de setenta e quatro vírgula quarenta e sete por cento, ligeiramente superior à de dois mil e dezassete e na verdade permite manter a despesa, aumentar ligeiramente a despesa, a execução, mas contribuir para gerar um saldo de tesouraria robusto, é esse o mecanismo. -----

-----Na gerência seguinte os cento e nove e os quatro milhões de operações de tesouraria, a execução aparecerá ao longo do ano e ter-se-á um novo saldo orçamental para a gerência seguinte em rigor. -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse que, de momento, não conseguia dizer exatamente quantos contratos de emprego e inserção existiam, mas poderia explicar que resultam de uma colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e visa desempregados de longa duração, quando o perfil desses desempregados corresponde a alguma necessidade identificada pelos Serviços Municipais, ou seja, haver necessidade de algum tipo de perfil nos Serviços, coincidir com o tipo de perfil do desempregado registado pelo Instituto de Emprego, resumindo que é a inserção de desempregados de longa duração na vida ativa, com a duração



Câmara Municipal
de Oeiras

máxima de um ano, não renovável, não integrável nos Serviços, sendo apenas uma medida social de inserção.-----

----- Posteriormente poderá fornecer os dados à Senhora Vereadora, sendo certo que ronda os setenta por ano, mas é variável, porque depende das condições de enquadramento dos Serviços. -- -----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse que ainda faltava responder à questão do rácio de trabalhadores operacionais por técnicos superiores, porque os números estão no documento, mas gostava de os perceber, respondendo o **Senhor Presidente** que a Câmara de Oeiras, neste momento, é a que tem um dos rácios mais elevados a nível nacional, que são cerca de um terço, só Lisboa ultrapassa Oeiras. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Nuno Neto** disse que em relação ao absentismo foi feito um estudo e há um aumento de um por cento. -----

----- Foram tomadas medidas para reduzir o absentismo, mas é preciso perceber que o absentismo se regista ao nível operacional, mas a verdade é que não se está muito distante do tempo de um período em que as admissões na função pública estiveram demasiado restringidas, cerca de oito anos, o que levou a que o quadro de pessoal existente fosse gradualmente envelhecendo, por isso o pessoal operacional apresenta, neste momento, um aumento de idade e um certo cansaço, que origina o absentismo. -----

----- Neste momento estão a ser tomadas medidas, nomeadamente o rejuvenescimento dos quadros, recordando que no ano passado, só de uma vez, entraram sessenta assistentes operacionais, por outro lado, também se tenta criar melhores condições de trabalho, de modo a reduzir acidentes de trabalho e questões colaterais, de modo que acredita que a médio/longo prazo se possa contrariar essa tendência. -----

----- De onze para doze por cento, na sua opinião, o aumento não é significativo, no entanto, também entende que o valor é elevado e está apostado em o diminuir. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** explicou que, pese embora o esforço feito na área financeira, ainda irão ser feitas algumas alterações no texto de introdução. --

-----Normalmente os elementos são enviados para a área financeira e esta elabora o documento e há sempre uma pressão muito grande na elaboração deste tipo de documentos e, na sua opinião, cada texto devia ser elaborado por cada Serviço, com a supervisão dos Vereadores, até para definir a ordem de prioridades de apresentação daquilo que é a atividade da Câmara Municipal.- -----

-----Por outro lado, um documento destes não pode conter todas as atividades da Câmara Municipal de modo que o texto terá que enfatizar mais a atividade da Câmara com referência aos projetos mais importantes.-----

-----De seguida, disse que era importante salientar que este ano de mandato era atípico, pois poderia ser um ano de continuidade, mas como é sabido havia uma carência de projetos, por isso, na sua opinião, é importante fazer uma comparação, porque há uma diminuição de receita de cinco milhões de euros.-----

-----Relativamente a dois mil e dezassete, no contexto global do orçamento pode não parecer muito, mas são cerca de quatro por cento e apesar disso tudo a taxa de execução passou de setenta e três vírgula nove por cento, para setenta e quatro vírgula cinco por cento, pode parecer pouco, mas é muito significativo, porque dois mil e dezassete não foi um ano qualquer, foi o último ano do mandato e, por norma, o último ano do mandato é o que tem mais taxa de realização, até porque se pode sempre aumentar a taxa de execução através da atribuição de subsídios.-- -----

-----Olhando para os saldos de gerência da Câmara não será difícil calcular que qualquer Câmara Municipal em circunstâncias iguais às de Oeiras gostaria de executar o mesmo. -----

-----Sempre considerou que, a Câmara Municipal, por uma questão de contas equilibradas devia ter alguma poupança, mas nunca dessa maneira, porque há necessidades a satisfazer e o



Câmara Municipal
de Oeiras

dinheiro estará melhor investido na satisfação das necessidades, em vez de estar no banco.-----

----- Dois mil e dezoito foi um ano de muito esforço na elaboração de projetos, alguns estão a ser terminados agora, realizados internamente, porque projetos que carecem de concurso público foram feitos estudos preliminares que vão permitir a abertura desses concursos. -----

----- Relativamente ao Serviço da Dívida houve uma redução da dívida na ordem dos três por cento. - -----

----- Em relação à receita houve um aumento da dotação orçamental de cento e cinquenta um para cento e sessenta e quatro mil oitocentos e trinta e três por incorporação do saldo de gerência, mas a receita liquidada em dois mil e dezassete situou-se nos cento e sessenta e nove milhões e em dois mil e dezoito foram cento e cinquenta e oito, ou seja, menos nove milhões que em dois mil e dezassete e mesmo assim realizou-se mais um por cento do que no ano anterior. ---

----- Com o andamento dos projetos, que são muitos, está certo que dois mil e dezanove será um ano muito profícuo, porque em dois mil e dezanove já houve uma revisão orçamental que situa o atual orçamento na ordem dos cento e oitenta milhões e com a revisão de maio se deve aproximar dos duzentos milhões.-----

----- Pelas reuniões que tem tido com os empresários da área tecnológica, todos têm dito que há crescimentos, nos próximos dois anos, na ordem dos trinta/quarenta por cento, o que não quer dizer que seja em todas as áreas.-----

----- Quanto ao IMI e o IMT, Lisboa e Cascais é que têm tido maior crescimento face à valorização dos edifícios e Oeiras teve uma ligeira quebra ao nível do imobiliário, mas, neste momento, estão avançar pedidos de licenciamento de construção, que estavam latentes. -----

----- Acredita que até ao fim do ano de dois mil e dezanove a tendência seja um crescimento da receita, independentemente da evolução a nível nacional, por isso considera que se deve ter uma visão otimista do que acontece no Concelho, porque há um conjunto de projetos importantes em curso, nomeadamente na área da reabilitação urbana onde vários edifícios estão a

ser recuperados, assim como se está a negociar com o projetista o Centro de Congressos, mas ao mesmo tempo também está disponível para vender, pois há investidores interessados, a venda não é tanto o que representa a receita, mas, sobretudo, a despesa que não se irá fazer, pois cerca de quinze ou vinte milhões de euros que seriam usados para acabar o Centro de Congressos poderá ser usado noutra coisa. -----

-----Em dois mil e dezoito foi feito tudo o que foi possível fazer tendo em conta as mudanças que houve, nomeadamente a estrutura orgânica, nomeação de dirigentes, realização de um paradigma diferente no que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, o que cria alguns problemas. Para além do ritmo, porque os funcionários estavam habituados a um ritmo e agora têm que acelerar.-----

-----A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia referiu o absentismo e, na sua opinião, o absentismo não decorrerá na totalidade de doenças, também decorre de outros fatores, nomeadamente dificuldade de controlo por parte dos dirigentes, a irracionalidade com que se trabalha a nível dos edifícios, pois existem sete ou oito edifícios, de modo que será preciso atuar em diferentes frentes para resolver essa situação.-----

-----Por último deu os parabéns aos Serviços, apesar de haver umas beneficiações a fazer.

-----II - Durante a intervenção saiu definitivamente o **Senhor Vereador Ângelo Pereira**.

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

3 - PROPOSTA Nº. 254/19 - DPOC - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REFERENTE A 2018:-----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às dezoito horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a



Câmara Municipal
de Oeiras

reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de
Gestão Organizacional -----

O Presidente,

(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)

e

